

A madrugada das confusões

Às 3 da madrugada de 19 de dezembro do ano passado, cerca de 30 deputados que ainda resistiam ao sono, na última reunião da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, debatiam-se num mar de erros e confusões ainda presentes no texto do Orçamento Geral da União. O deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), ao interpelar o então relator do Orçamento, deputado Ricardo Fiúza, sobre uma série de distorções, indagou:

— Como se explica que Cr\$ 4 bilhões estejam destinados ao açude de Zabumbão, em Paramirim, na Bahia? É um exagero.

— Eu recebi esse valor do DNOCS (Departamento de Obras Contra a Seca). Não sei como fazer. Lamentavelmente, o que vai acontecer é que se o preço não for esse, e for x menos y , a sobra vai para o DNOCS —, tentou explicar Fiúza.

— Mas por esse preço ficaria mais barato levar água de avião para o município —, acrescentou logo depois o deputado Clóvis Assis.

— Vou verificar se foi 400, 4 ou 40 bilhões. Essa emenda me foi pedida por vários parlamentares.

O texto do Orçamento Geral da União, uma soma global de Cr\$ 474 trilhões, em valores corrigidos, ainda estava repleto de furos, poucas horas antes de sua votação final. As verbas tinham destinação errada, eram imprecisas e 1.240 destaques ainda estavam por ser votados. O deputado Clóvis Assis voltava à carga:

— Eu fiz uma emenda para a construção de um hemocentro no meu município e saiu para a ampliação de um hospital em Taioa, que nem sei onde fica —, reclamou. Nesse momento, o deputado Eraldo Tinoco (Bloco-BA), que havia participado da montagem do texto, entrou em socorro de Fiúza (PFL-BA) com uma explicação surpreendente. Segundo Tinoco, na falta de um critério melhor, foi usado o Código de Endereçamento Postal (CEP) para a identificação dos municípios. “Diante desse volume enorme, não foi possível conferir cada CEP. Esta é a razão pela qual uma emenda para uma localidade aparece em outra completamente diferente. Basta um erro na digitação do CEP.”

Passava das 4 da manhã, a confusão continuava. O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) reclamou que Cr\$ 150 bilhões foram destinados à Telesp, para serem aplicados no projeto de telefonia móvel em São Paulo, sendo que a emenda original previa a destinação da verba para todo o estado.

Jorge acrescentou outras perguntas, sobre recursos que teriam de ir para Taquaral, Campinas, Piracicaba e até verbas para um açude em Campina Grande que foram parar na cidade de São Paulo. “Açude de Campina Grande com verba em São Paulo, só se é porque a prefeita é paraibana”, brincou o deputado petista.

Uma disputa sem precedentes já havia tomado quase três meses de debates na comissão, pela divisão do bolo de verbas para estados e municípios. Mesmo assim, o coro dos insatisfeitos ainda consumiu parte da reunião. Fiúza prometeu considerar as queixas antes da votação.

A última reunião da comissão de Orçamento terminou às 5h15. A votação final estava marcada para as 10h, mas foi transferida para as 16h e depois para as 22h. Um acordo firmado na comissão permitia a Fiúza remanejar recursos e aproveitar destaques que não chegaram a ser votados pela comissão. Fiúza comprometeu-se a entregar a cada líder, antes da votação em plenário, uma lista das emendas acatadas, e não cumpriu esse compromisso.

Uma comissão de governistas e oposicionistas deveria ter sido formada para fiscalizar a montagem final do Orçamento no Prodasen. Toda essa confusão desaguou na denúncia do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), de que Fiúza teria incluído emendas não autorizadas no Orçamento.

Para o deputado Messias Góis (PFL-SE), esse orçamento, que está em execução este ano, baterá o recorde de erros, porque não houve tempo para corrigi-los. Paulo Hartung acrescenta que enquanto não houver uma reformulação na estrutura da comissão — este ano, com 120 integrantes —, e os prazos não forem cumpridos, haverá a repetição das falhas. (M.R.)